

Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014)

Alan Fernandes

Oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo - PMESP. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Mestre Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública (Mestrado Profissional) pela PMESP. Especialista em Ciências Sociais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESP-SP.



Resumo

A morte de policiais constitui um capítulo à parte dentre as mortes ocorridas no Brasil. Isso em razão de sua especificidade, haja vista as condicionantes bastante próprias, quando comparadas à população em geral, que os tornam vítimas em números muitas vezes superiores a outros grupos sociais, e por atingir um grupo particularmente ligado às ações para a promoção de melhores condições de enfrentamento ao crime e à violência junto à sociedade. Com essa preocupação, o presente trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa sobre casos de integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) que morreram por causa violenta, no Estado de São Paulo, em 2013 e 2014. Tendo como inspiração as “teorias de estilo de vida” (life style models) e “oportunidades” (opportunity models), busca apresentar elementos para discussão de iniciativas que minimizem os riscos a que policiais, em especial os militares, estão sujeitos.

Palavras-Chave

Vitimização policial. Segurança pública. Polícia Militar. Vitimologia. Criminologia.

INTRODUÇÃO

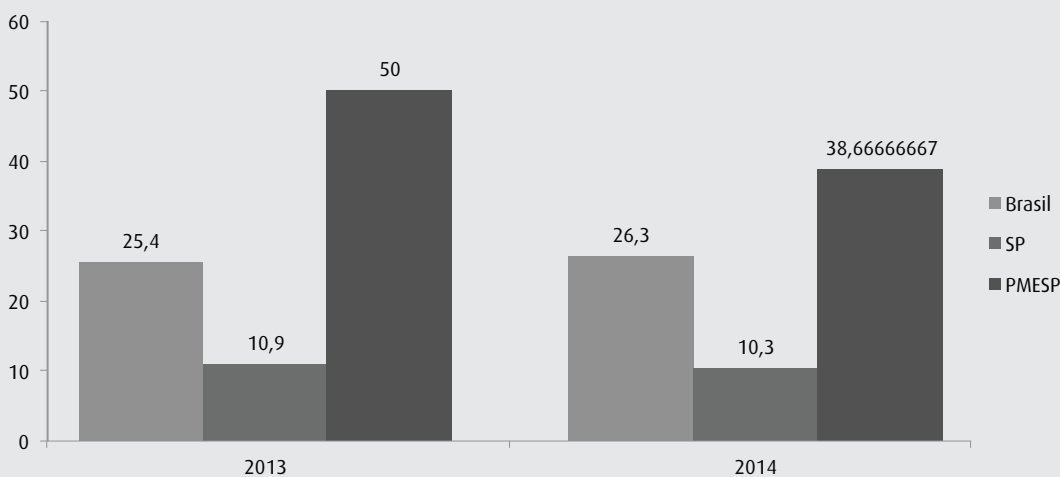
O Brasil exibe uma das mais altas taxas de mortes violentas intencionais do mundo, próxima de 60 mil vítimas por ano. Tal retumbante número é o retrato mais perverso dos diversos problemas que cercam a segurança pública e a justiça no Brasil. Os policiais militares (PMs) brasileiros integram esse universo e, em 2014, 352 PMs morreram em serviço, em confronto ou por lesão não natural fora do serviço (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015, p. 22-23). Tal fenômeno ganha dimensão, não obstante seu aspecto numérico, na medida em que se refere à *proteção daqueles que devem proteger*. A convivência com a morte de colegas repercute nas práticas dos policiais, imersas em um ambiente de medo e insegurança. E isso, vale

dizer, é especialmente preocupante quando se fala de pessoas que, na ponta da linha, decidem *como e quando* aplicar a força que o Estado outorga.

De outra forma, o problema suplanta o aspecto político narrado; trata-se, sobretudo, de uma questão de reconhecimento dos direitos humanos. Segundo os dados obtidos nesta pesquisa, a taxa de mortes de policiais militares em São Paulo foi de 50,00 por 100 mil PMs, em 2013, e de 38,67, em 2014. Para efeito de comparação, o Brasil registrou 25,40 homicídios por 100 mil habitantes, em 2013, e 26,30 por 100 mil hab., em 2014; o Estado de São Paulo, 10,90 e 10,30, respectivamente, para os mesmos anos,¹

Gráfico 1 – Taxa por 100 mil habitantes de vítimas de homicídios dolosos (Brasil e São Paulo) e de mortes violentas (PMESP) Brasil, Estado de São Paulo e Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2013-2014 Por 100 mil habitantes

Comparativo de taxa de homicídios por 100 mil



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015); Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Nota: A taxa de homicídios da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) corresponde ao número de policiais mortos por 100 mil policiais. Não foram encontrados dados precisos sobre o efetivo da PMESP; estima-se que a corporação conta com 150 mil integrantes, entre os quais 86.200 são do serviço ativo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015).

Segundo dados da Pesquisa de Vitimização e Percepção de Risco, entre os profissionais do sistema de segurança pública, no Brasil, 73,0% dos policiais militares tiveram algum colega próximo morto em serviço e 77,5% indicaram que algum colega próximo foi vítima de homicídio fora do serviço (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015). Apesar desse panorama, a questão da morte de policiais

é um tema pouquíssimo explorado pela literatura ligada à área, o que afeta as percepções dos policiais sobre a atenção que a sociedade e o Estado dedicam ao respeito à vida e à integridade física dos trabalhadores da segurança pública. Neste ponto, compartilha-se da opinião de Adorno e Minayo (2013, p. 590), para os quais a carência de estudos sobre o tema pode ter a ver “com a mentalidade de nossa sociedade para quem o ser

humano [policial] nada mais é do que um objeto instrumental de produção de segurança pública”.

Para este estudo, foram pesquisados os casos de integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) que morreram por causa violenta, no Estado de São Paulo, em 2013 e 2014. Foram consideradas as mortes classificadas como homicídios e decorrentes de “acidente de trânsito” em serviço.²

O presente artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A seguir é apresentada a metodologia empregada e, depois, descreve-se o perfil das vítimas, no que se refere às variáveis cor/raça, estado civil, sexo, idade, se pertencente ao serviço ativo ou aposentado, cargo ocupado na corporação e unidade à qual pertencia. Nessa seção, dedica-se especial atenção às pessoas que se encontravam em horário de serviço quando mortas. Na sequência, analisam-se as circunstâncias em que ocorreram as mortes, apresentando-se as variáveis local do evento, instrumento empregado, presença de arma de fogo com a vítima e a motivação da morte. Finalizam o artigo, além das reflexões finais sobre os dados obtidos, algumas sugestões para uma agenda pública.

METODOLOGIA

A pesquisa se concentrou em pesquisar os casos de integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo vítimas de morte violenta no Estado paulista em 2013 e 2014, excluídas as mortes decorrentes de “acidente de trânsito” de folga. Aquelas mortes decorrentes de acidente de trânsito que se deram em serviço foram consideradas. Os dados foram obtidos da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP). As fontes de pes-

quisa compreenderam as investigações realizadas pela Divisão PM Vítima, ligada à Corregedoria da PMESP e encarregada de investigar as mortes de policiais militares. Foram analisados 131 eventos oriundos dessa fonte (88,52% do total). Outros 17 eventos (11,48% do total) provieram do Centro de Inteligência da corporação.

Entre junho e novembro de 2015, pesquisaram-se todas as investigações sobre homicídios de integrantes da PMESP realizadas pela Divisão PM Vítima, relativas a 2013 e 2014. Os documentos produzidos são reunidos em um processo, chamado Procedimento Investigatório, o qual, em geral, traz os Boletins de Ocorrência da Polícia Civil e da Polícia Militar, dados funcionais, diligências realizadas e cópias de depoimentos de testemunhas e acusados, além de um relatório final com o resultado das investigações. Dessa forma, ao pesquisar cada um dos procedimentos, foi possível colher dados funcionais das vítimas, tais como unidade em que trabalhava, idade, raça/cor registrada no sistema de recursos humanos da instituição e tempo de serviço, além da motivação do homicídio quando os criminosos foram presos e interrogados.³ Importa salientar que a Divisão PM Vítima é encarregada de colaborar com as investigações da Polícia Civil, para a identificação dos autores de homicídios contra policiais militares, em serviço ou de folga. Assim, na presente pesquisa, não foram estudados, por não fazerem parte dos casos investigados pela Divisão PM Vítima, os eventos em que o criminoso foi morto ou preso ainda durante o ocorrido.

O Centro de Inteligência da Polícia Militar forneceu os dados sobre as mortes decorrentes de acidentes de trânsito em serviço, uma vez

que tais casos não são investigados pela Divisão PM Vítima.

Ao todo, registraram-se 148 eventos, com 148 vítimas, sendo 88 em 2013 e 60 em 2014.

Por diferenças de classificação,⁴ os dados divergem daqueles presentes no 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015), tendo por fonte dados divulgados pela Secretaria Estadual de Segurança Pública. Para o Anuário, foram 74 casos em 2013 e 75 casos em 2014, o que totaliza 149 casos. Essa diferença – 1 caso –, se não representa grande diferença no universo analisado, impacta quando o dado é desagregado por ano, pois teremos 60 casos em 2013 – portanto, diminuição de 14 eventos – e 104 em 2014 – aumento de 15 eventos – em relação à presente pesquisa.

O recorte temporal estudado – 2013 e 2014 – se deu em razão de buscar as dinâmicas mais atuais do fenômeno e, com isso, oferecer um referencial para a formulação de iniciativas que sejam capazes de enfrentar a ocorrência de morte de policiais consoante às variáveis que o fenômeno adquire *na atualidade*.

Os trabalhos sobre o tema, por um lado, destacam a falta de capacitação técnica do policial militar quando este é demandado a intervir em ocorrências em que sua vida esteja em risco (ZANCHETTA, 2011), por outro, buscam diagnosticar os efeitos da atividade policial, englobando desde as doenças psíquicas até a morte (ADORNO; MINAYO, 2013; MINAYO; SOUZA; CONSANTINO, 2007; SPANIOL, 2009;). Aqui, analisam-se as mortes em suas condições sociais

(sexo, idade, raça/cor, cargo) e situacionais (motivação, atividade profissional dentro da instituição, unidades das vítimas, instrumento empregado). Tal metodologia permite oferecer elementos para a formulação de políticas voltadas a grupos específicos de maior vulnerabilidade e enfrentar condições que trazem maior vitimização.

A categoria “em serviço” utilizada no texto difere de sua conceituação legal prevista do Decreto Estadual nº 20.218, de 22 de dezembro de 1982, essa bem mais abrangente, para o qual as mortes e lesões ocorridas no trajeto entre o trabalho e a residência, por exemplo, são abrangidas pela categoria “em serviço”. Portanto, para efeito do presente artigo, a categoria “em serviço” designa policiais militares que foram mortos durante o horário em que cumpriam escala de serviço.

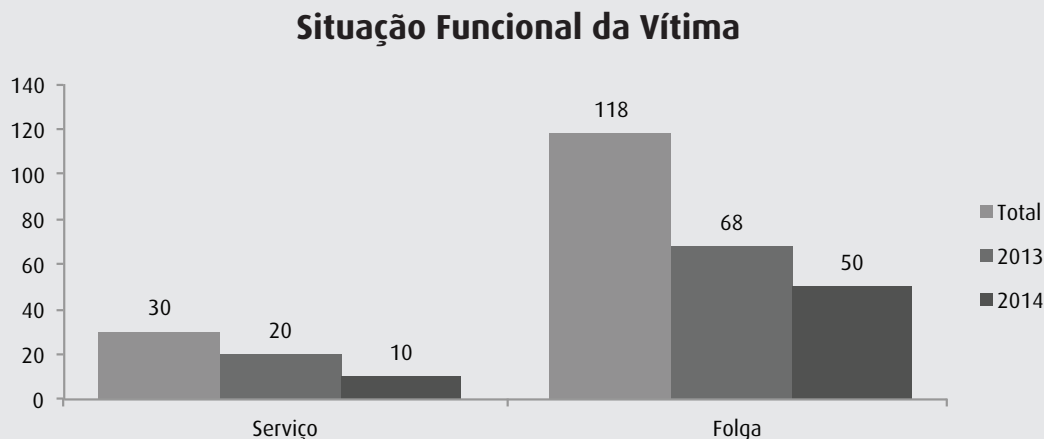
PERFIL DAS VÍTIMAS

Em 2013 e 2014, 118 policiais militares (79,73%) foram vitimados durante a folga e 30 (20,27%), durante o serviço.

Entre os 118 casos ocorridos na folga, 68 se deram em 2013 e 50 em 2014, o que representou uma redução de 15,25%; quanto aos eventos ocorridos em serviço, foram 20 casos em 2013 e 10 em 2014, com uma diminuição de 50,00%.

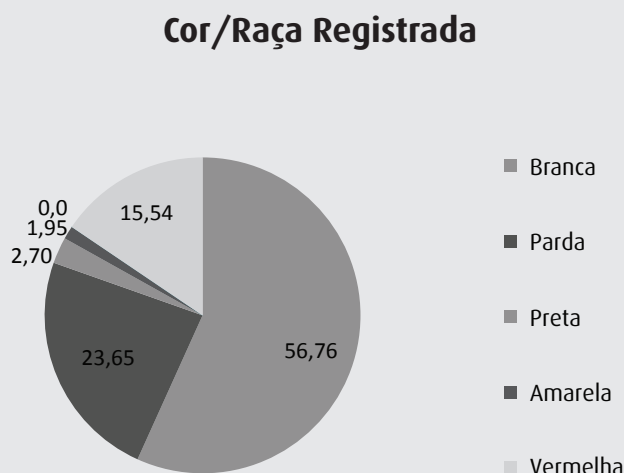
A maior parte das vítimas era branca (56,76%), informação extraída dos Boletins de Ocorrência da Polícia Civil e dos registros funcionais da Polícia Militar contidos nas investigações analisadas. Os pardos eram 23,65%, os pretos, 2,70%, e os amarelos, 1,35%. Em 15,54% dos casos não havia informação quanto à categoria raça/cor.

Gráfico 2 – Número de policiais militares mortos por causa violenta, segundo condição de trabalho
Estado de São Paulo, 2013-2014



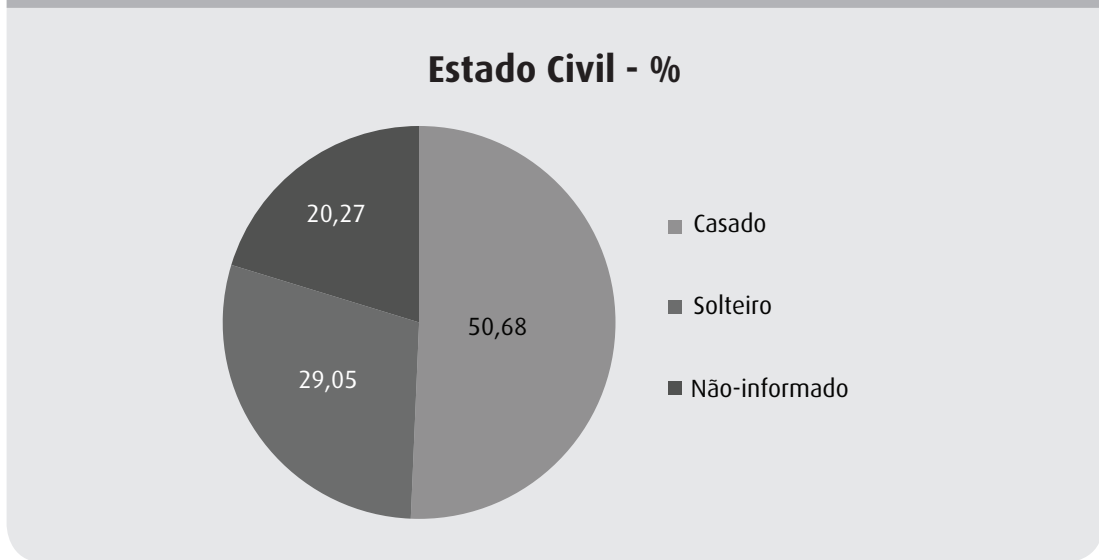
Fonte: Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Gráfico 3 – Distribuição dos policiais militares mortos por causa violenta, segundo raça/cor
Estado de São Paulo, 2013-2014



Fonte: Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Gráfico 4 – Distribuição dos policiais militares mortos por causa violenta, segundo estado civil
Estado de São Paulo, 2013-2014



Fonte: Polícia Militar do Estado de São Paulo.

A maior parte das vítimas era casada (50,68%), 29,05% eram solteiros⁵ e para 20,27% dos registros o estado civil não era informado, o que é um número elevado para que se tenha uma exata dimensão do estado civil da vítima. Ainda assim, tais dados apontam um distanciamento em relação a outras pesquisas de vitimização, segundo as quais as vítimas são majoritariamente solteiras.⁶

Sobre o tema, Beato, Peixoto e Andrade (2004, p. 78-80) analisaram a vitimização para os crimes de furto, roubo, roubo a residência – e suas tentativas – e agressões físicas na população de Belo Horizonte (MG), e verificaram a incidência desses crimes principalmente entre

solteiros, devido à maior exposição desse grupo. Segundo os autores, os solteiros permaneceriam por mais tempo em espaços públicos, enquanto os casados, por ficarem mais tempo em sua residência, estariam menos sujeitos aos contatos que possibilitam tais crimes. No caso dos integrantes da PMESP, o fato de ser casado não contribuiu para uma menor vitimização, o que leva a concluir que os hábitos privados não impactaram o número de mortes. Assim, as condicionantes ligadas aos aspectos profissionais foram as que informaram as dinâmicas que repercutiram nos homicídios.

Em todos os eventos analisados, a vítima era do sexo masculino.^{7,8} Tamanha diferença leva a refletir sobre a contribuição que o

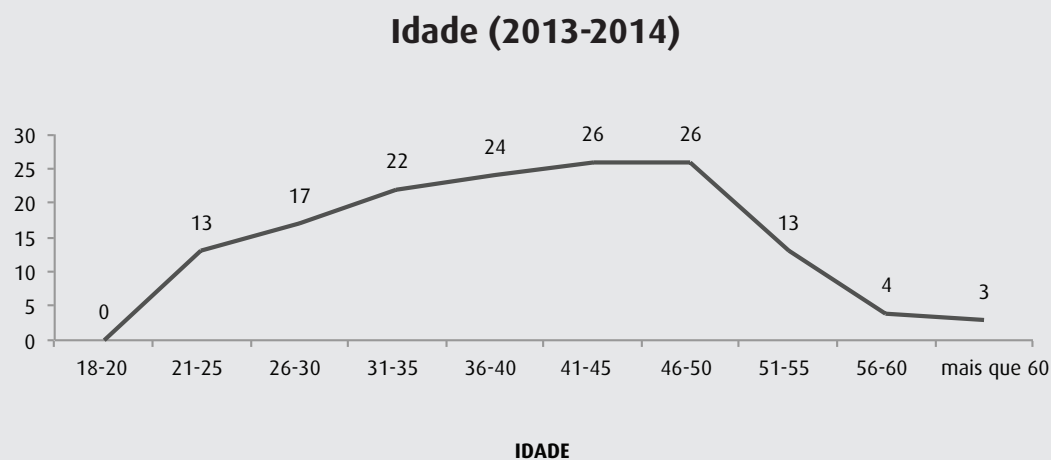
papel do “policial militar homem” representa para sua morte, em oposição à “policial militar mulher”, tanto em relação às dinâmicas ligadas ao desempenho da função, como nos momentos de folga. Tais dados refletem os contextos em que ocorrem tais mortes, emergindo duas razões principais. A presença de certo *ethos* guerreiro,⁹ cujas bravura e coragem são destacadas, conduz o policial militar a reagir a seu oponente. Nesse momento não está em jogo, somente, a subtração do bem, que informa grande parte dos assassinatos (latrocínios) nos quais são vítimas, mas a defesa de sua subjetividade. Secundariamente, a mulher, nos casos de execução, agrega um interdito para ser vitimada, uma vez que, nas “guerras” entre

os agentes públicos e os criminosos, são os “homens” que “combatem”. Tal reflexão será mais bem desenvolvida adiante.

Foram os policiais militares com idade entre 41 e 50 anos os que mais morreram, com 52 casos, o que correspondeu a um percentual de 35,14%.

Nota-se que há um crescente dos homicídios a cada recorte etário, reduzindo-se drasticamente após os 50 anos de idade, coincidindo com a aposentadoria. Tal dado, assim como os referentes ao estado civil, diferem dos relativos ao conjunto da população brasileira (WAI-SELFISZ, 2015, p. 73-74), em que o grupo mais atingido é o de jovens.

Gráfico 5 – Número de policiais militares mortos por causa violenta, por faixa etária
Estado de São Paulo, 2013-2014



Fonte: Polícia Militar do Estado de São Paulo.

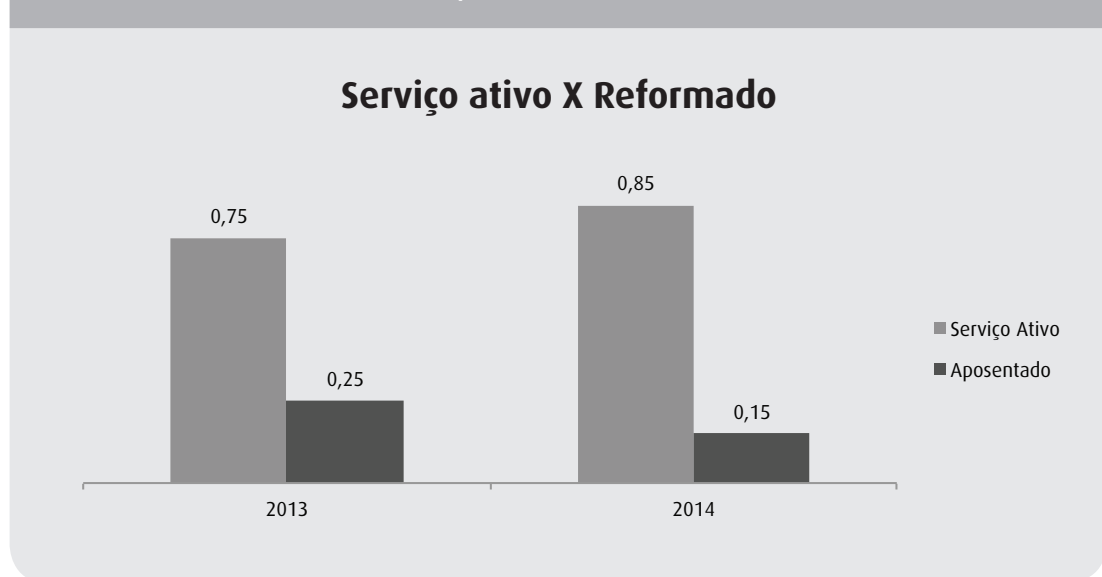
Os policiais militares do serviço ativo foram os que mais sofreram mortes violentas em 2013 e 2014, totalizando 117 casos (79,05%), em comparação a 31 mortes (20,95%) de aposentados. Em 2013, a proporção foi de 75,00% entre aqueles do “serviço ativo” e de 25,00% de aposentados. No ano seguinte, a distribuição correspondeu a 85,00% e 15,00%, respectivamente.

Apesar de os pertencentes ao serviço ativo morrerem em maior proporção, há um expressivo percentual de aposentados que falece por causa violenta. Essa proporção diminuiu entre 2013 de 2014 em dez pontos percentuais. Essa configuração se deve a acontecimentos anteriores à presente pesquisa, relativos a 2012.

A leitura dos Procedimentos Investigatórios permitiu inferir uma explicação predominante para essa dinâmica: a diminuição da tensão entre o Primeiro Comando da Capital (PCC), organização criminosa nacionalmente conhecida, e a Polícia Militar. Isso em razão de que os aposentados são assassinados sobretudo por duas razões: *questões familiares*, sobre as quais as investigações normalmente chegam a “fortes indícios”, e *execuções promovidas por grupos criminosos*, que se caracterizam pelo elevado número de disparos ou pela extrema crueldade do assassinato.

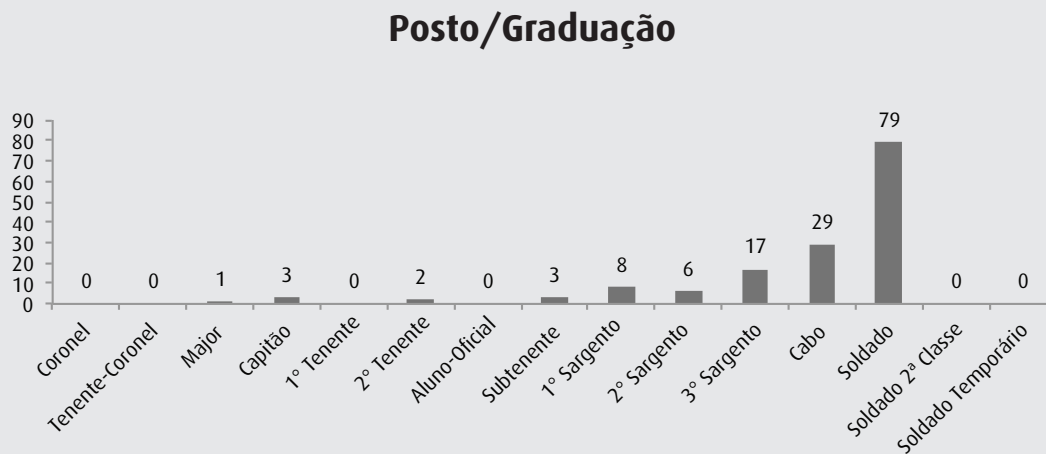
Quanto aos assuntos familiares, o percentual de participação dessa circunstância permaneceu em patamares semelhantes nos dois anos ana-

Gráfico 6 – Distribuição dos policiais militares mortos por causa violenta, segundo condição de atividade Estado de São Paulo, 2013-2014



Fonte: Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Gráfico 7 – Número de policiais militares mortos por causa violenta, segundo posto ou graduação Estado de São Paulo, 2013-2014



Fonte: Polícia Militar do Estado de São Paulo.

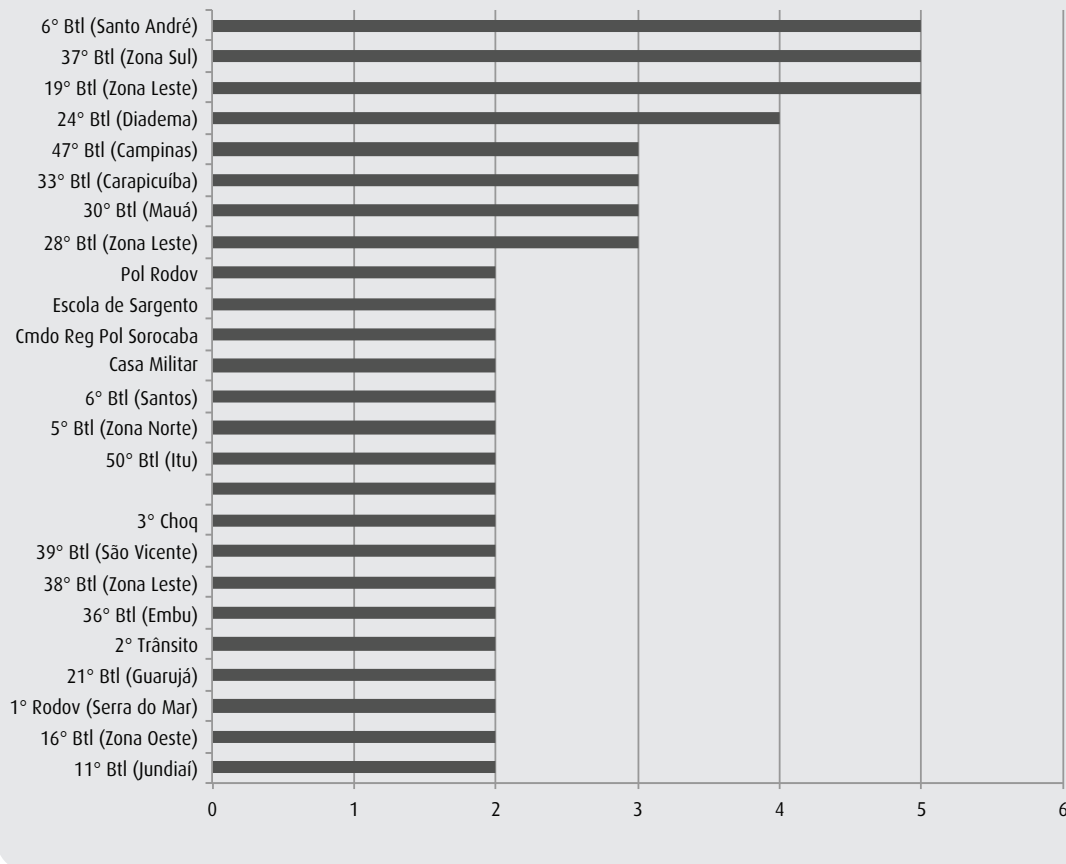
lisados.¹⁰ Já a questão que envolve o PCC, em 2012, aumentou a tensão entre o referido grupo e a PMESP. Após a morte de seus integrantes em ocorrências atendidas pela Polícia Militar, a cúpula do PCC teria “determinado” a execução de membros da PMESP. O ápice dessa crise foi em meados de outubro de 2012, com a morte de ao menos quatro policiais militares no Estado de São Paulo.¹¹ Pode-se acreditar que essa crise ainda repercutiu nos dados de 2013 e com menor influência em 2014. Como afirmado anteriormente, esse fenômeno se fez sentir sobremaneira entre os aposentados da PMESP, que, pela sua vulnerabilidade, permitiram a ação criminosa com menores riscos.

Em termos absolutos, são os soldados os que mais morrem, seguidos pelos cabos e terceiros-sargentos.

Acredita-se que tal configuração não se deva somente ao maior contingente das posições mais subordinadas, mas também aos maiores riscos a que estão expostos. Se, durante o serviço, são aqueles que têm mais contato com as ocorrências, de folga, gravitam em locais e situações de maior vulnerabilidade, como as periferias e em atividades operacionais de segurança privada.

O gráfico a seguir mostra a unidade¹² em que os policiais serviam. Por razões de limitações gráficas, não são exibidos os dados de Unidades que contabilizaram apenas um caso de policial militar do seu efetivo morto nos anos analisados.¹³ Destacam-se os batalhões territoriais, que são responsáveis pelo patrulhamento cotidiano e ordinário (nos quais são realizados

Gráfico 8 – Número de policiais militares mortos por causa violenta, segundo unidade policial a que pertenciam Estado de São Paulo, 2013-2014



Fonte: Polícia Militar do Estado de São Paulo.

os Programas de Radiopatrulhamento, Força Tática e ronda com emprego de motos).

Considerando-se apenas os eventos ocorridos “em serviço”, houve duas mortes no 6° Batalhão (Santos). Registraram uma morte: 19° Batalhão (Zona Leste/Capital), 28° Batalhão (Zona Leste/Capital), 33° (Carapicuíba), 11° Batalhão (Jundiaí), 1° Batalhão Rodoviário (Serra do Mar), 36° Batalhão (Embu), Co-

mando de Policiamento Regional de Sorocaba, Escola de Sargentos, Policiamento Rodoviário (sem especificação da unidade), 12° Batalhão (Botucatu), 20° Batalhão (Caraguatatuba), 24° Batalhão (São José do Rio Preto), 29° Batalhão (Itanhaém), 46° Batalhão (Zona Sul/Capital), 49° Batalhão (Zona Oeste/Capital), 4° Batalhão (Bauru), Corpo de Bombeiros Polícia Ambiental. Há, ainda, nove casos em que a unidade não foi informada.

PERFIL DAS VÍTIMAS MORTAS DURANTE O SERVIÇO

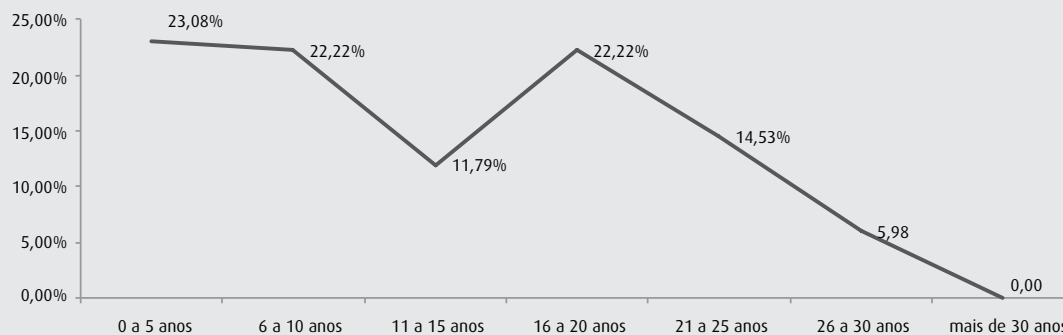
A seguir são analisados os dados relativos às mortes violentas no decorrer da atividade profissional¹⁴.

A despeito de os policiais militares mais velhos (com idade entre 41 e 50 anos) serem as principais vítimas de mortes violentas, os mais atingidos durante o serviço são aqueles mais novos na carreira, que ingressaram há menos tempo na PM, ocorrendo uma drástica redução a partir dos 21 anos de atividade.

Assim, o Gráfico 9 reforça os dados sobre maior incidência das mortes dos policiais militares mais subordinados – e, portanto, com menor tempo de serviço – e indica que, quando considerados apenas os casos em serviço, *juventude e menor tempo de serviço* são fatores de risco. Também pode ter como explicação o fato de que os policiais militares mais novos, assim que se formam, são destacados para atividades operacionais e, ao longo da carreira, são alocados para atividades mais administrativas e, por essa razão, representam baixíssimos riscos.

Gráfico 9 – Distribuição dos policiais militares mortos em serviço, segundo tempo de carreira Estado de São Paulo, 2013-2014

Tempo decorrido entre o ingresso na PMESP e a morte - considerados apenas os no serviço ativo



Fonte: Polícia Militar do Estado de São Paulo.

O Gráfico 10 exibe a atividade profissional realizada pelas vítimas *no momento* de sua morte.

É no serviço de Radiopatrulhamento que ocorre o maior número de eventos, seguido do policiamento denominado Força Tática, do Policiamento com emprego de motocicletas das Rondas Ostensivas com Apoio de Motos (Rocam) e do Radiopatrulhamento com Emprego de Motos (RPM), modalidades de policiamento ligadas aos batalhões territoriais, além do Policiamento Rodoviário, o que aponta a importância do trânsito no conjunto das mortes. Outra explicação para o elevado número de mortes durante o radiopatrulhamento reside na quantidade de policiais militares envolvidos no apoio à atividade.

Nota-se que quanto menor o número de policiais “no apoio”, maior o número de mortes: na medida em que o auxílio passou de um para dois, as mortes caíram pela metade e, na medida em que o número de apoio subiu para três, elas caíram para apenas um caso. Como a atividade de radiopatrulhamento é desenvolvida por dois policiais militares, ela implica maior vulnerabilidade.

ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS

Tendo como inspiração das “teorias de estilo de vida” (*life style models*) e “oportunidades” (*opportunity models*) (BEATO, PEIXOTO e ANDRADE, 2004), descrevem-se as circunstâncias que cercaram as mortes. Decerto que as categorias apresentadas nos gráficos a seguir

Gráfico 10 – Número de policiais militares mortos em serviço, segundo atividade que realizava quando foi morto Estado de São Paulo, 2013-2014



Fonte: Polícia Militar do Estado de São Paulo.

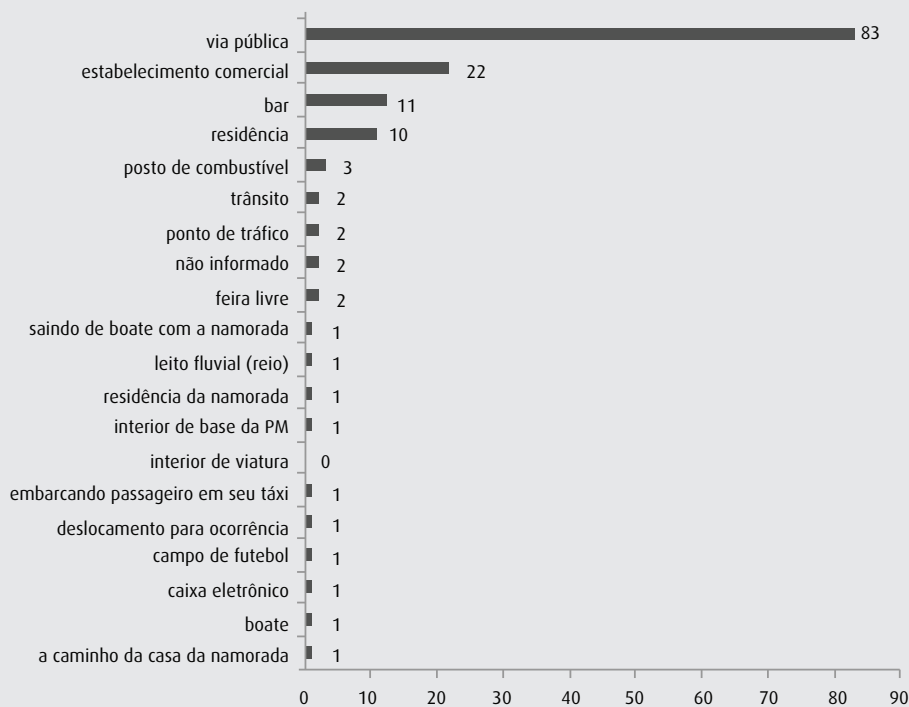
Gráfico 11 – Número de policiais militares mortos em serviço, segundo número de policiais militares presentes no apoio no momento da morte
Estado de São Paulo, 2013-2014

Quantidade de Policiais Militares “em apoio” nas mortes em serviço (nº de casos)



Fonte: Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Gráfico 12 – Número de policiais militares mortos por causa violenta, segundo local de referência, (em serviço e de folga)
Estado de São Paulo, 2013-2014



Fonte: Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014)

Alan Fernandes

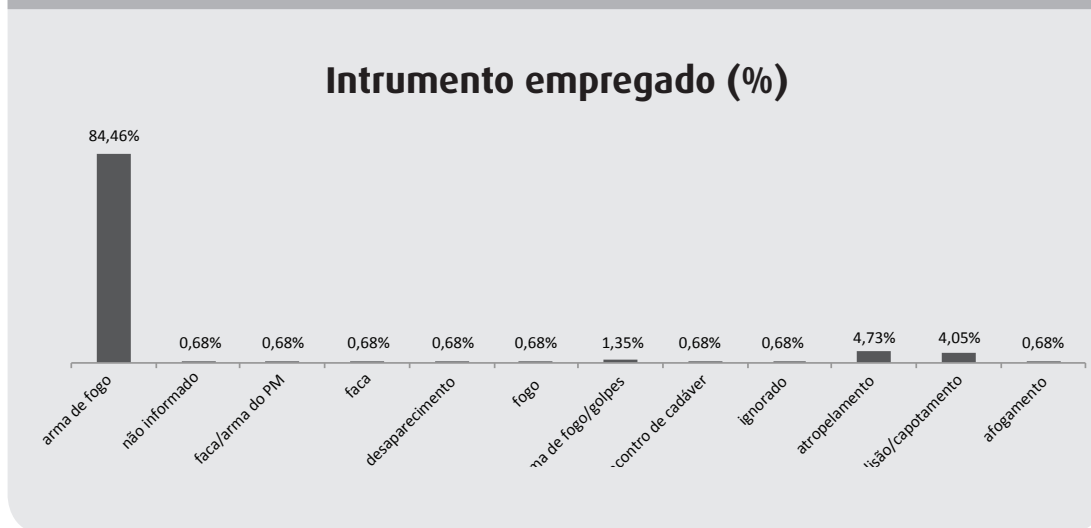
– com exceção daqueles relativos ao *emprego de arma de fogo* – trazem os elementos que se destacam nas dinâmicas das mortes ou que, em outras palavras, dão sentido aos fatos. Assim, além dos elementos subjetivos daqueles que conduziram as investigações, exibem as análises surgidas dos elementos que compõem a narrativa dos acontecimentos. Por exemplo: a categoria “via pública” confunde-se com a “trânsito” ou “ponto de tráfico”, haja vista que, nos três casos, os assassinatos ocorreram na rua. Contudo, no seu conjunto, essas categorias adquirem dimensão explicativa, na medida em que permitem definir, mínima e, decerto, precariamente, como os locais onde os eventos ocorrerem têm relevância explicativa para o fe-

nômeno. Do contrário, a não ser em casos em que as mortes tivessem ocorrido em ambientes claramente definidos e definíveis (*dentro de bar, dentro de residência, dentro de estabelecimento comercial, etc.*), haveria uma categoria ampliada *via pública*, que pouco auxiliaria na inteligência das dinâmicas.

É na via pública onde mais ocorrem os homicídios (45,10%), seguida de estabelecimentos comerciais (14,86%), bares (5,97%) e residências (5,43%).

A morte na via pública retrata os casos de latrocínio, que correspondem a 33,11% das mortes (Gráfico 17). As vítimas, majoritaria-

Gráfico 13 – Proporção de policiais militares mortos por causa violenta, segundo causa da morte ou instrumento empregado (de serviço e de folga) Estado de São Paulo, 2013-2014



Fonte: Polícia Militar do Estado de São Paulo.

mente na condução de seus carros ou motos, são abordadas por motociclistas que, ao identificarem que ela é policial, matam-na, seja por medo da reação, seja por deliberada intenção de matar. Em alguns latrocínios, a vítima foi abordada para a subtração de pertences e valores (dinheiro). Em contrapartida, as mortes em estabelecimentos comerciais parecem indicar que muitos policiais estavam realizando atividade privada de segurança.

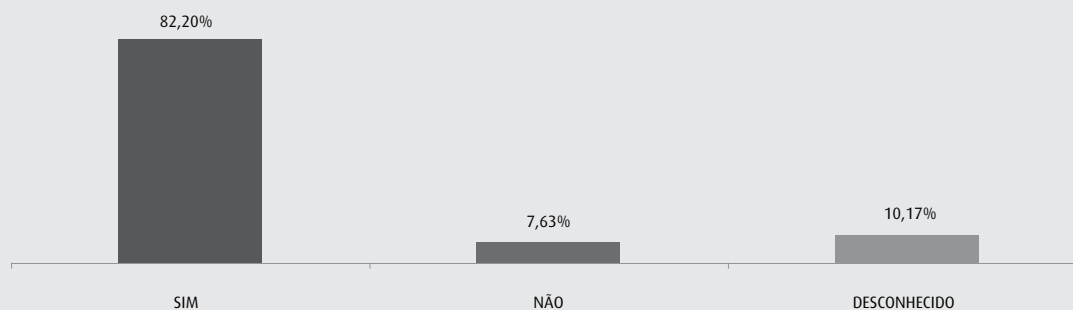
Em outra análise, os crimes ocorridos em bares e residências têm indícios de execução, geralmente com elevado número de golpes ou tiros. Emergem duas explicações, não excludentes entre si: (i) o papel do Primeiro Comando

da Capital (PCC) na eliminação deliberada de policiais militares, conforme analisado anteriormente e (ii) as redes violentas de relacionamentos em que os policiais militares se envolvem, sobretudo nas práticas cotidianas de policiamento, o que aqui se denomina “contexto”.¹⁵

Em 84,46% dos eventos, o instrumento empregado foi a arma de fogo e, em outros 2,03% dos casos a arma de fogo foi empregada em conjunto com faca (0,68%) ou golpes (1,35%), reproduzindo a ampla participação das armas de fogo nos homicídios no Brasil, como apontado nos estudos de Lima, Sinhorretto e Pietrocolla (2000), Cerqueira (2014) e Waiselfisz (2015).

Gráfico 14 – Proporção de policiais militares mortos por causa violenta, segundo porte de arma de fogo (de folga) Estado de São Paulo, 2013-2014

A vítima estava armada? (somente casos “em folga”)



Fonte: Polícia Militar do Estado de São Paulo.

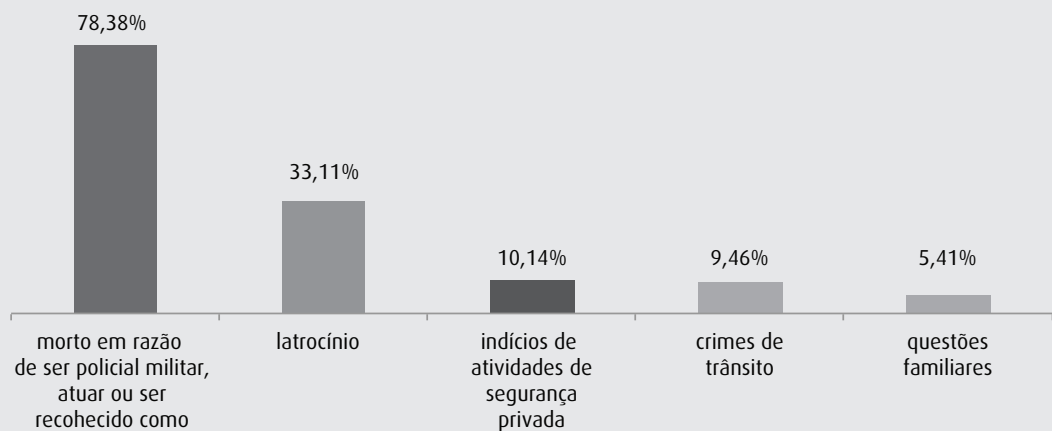
Da mesma forma, a vítima portava arma de fogo em 82,20% dos casos, já excetuados aqueles que estavam de serviço e, por essa razão, deviam portar arma. Em 10,17% dos casos não foi possível afirmar se a pessoa estava armada, em razão das informações disponíveis até o momento das investigações, segundo as quais não era possível determinar a existência ou não de arma com a vítima.¹⁶

Igualmente ao comentado no início desta seção, as categorias referidas (“morto em razão de ser policial militar, atuar ou ser reconhecido como”, “indícios de atividades de segurança privada”, “questões familiares” e “latrocínio”) foram construídas pela emergência, quase sempre fugidia, dos elementos que cercam as mortes. Frise-se

que as investigações promovidas pela Divisão PM Vítima, fonte deste trabalho, têm a finalidade principal de identificar os criminosos e, secundariamente, as circunstâncias subjetivas do crime. São procedimentos com interesse eminentemente jurídico-penal e, por essa razão, dados como motivação não estão no centro dos objetivos das investigações. Nessa medida, estabelecer a classificação requereu observar as versões das testemunhas e dos criminosos eventualmente ouvidos, as denúncias anônimas realizadas sobre os casos e outros elementos que favorecessem a atribuição de algum sentido à morte.

Nessa construção, alguns casos demonstraram vários sentidos: o policial militar que foi executado pelo PCC e que estava reali-

Gráfico 15 – Proporção de policiais militares mortos por causa violenta, segundo causa declarada/presumida Estado de São Paulo, 2013-2014



Fonte: Polícia Militar do Estado de São Paulo.

zando atividade de segurança; a vítima que foi morta a mando da esposa e o autor, também, roubou a arma da vítima (latrocínio), entre outros casos de delicada inteligência. Por essa razão, as categorias não são excludentes entre si e, por isso, avançam os 100%, quando somadas.

É o papel de policial militar que informa a maior parte dos casos (78,38%). Os demais são atribuídos a questões familiares ou a latrocínio em que os criminosos não identificaram a vítima como policial. Em 10,14% (15 casos) há indícios de que a vítima foi morta em razão de atividade de segurança, retratando, por um lado, as questões salariais e, por outro, as precárias condições de trabalho que a iniciativa privada oferece, estabelecendo um duplo problema: o da retribuição pelo serviço público e o das relações de trabalho no ramo da segurança privada. As questões de ordem familiar orientam 5,41% dos casos (8 mortes).

Foram analisados somente os crimes de trânsito ocorridos durante o serviço.¹⁷ Eles representam 9,46% (14) dos casos analisados. Apesar dessa expressiva participação, as mortes ocorridas no trânsito não despertam atenção em relação às demais mortes violentas, por acreditar-se que são “acidentes” e, por isso, resultado do infortúnio. Importa, nessa medida, rediscutir práticas de autoproteção pouco adotadas pelos policiais militares dentro das viaturas, por exemplo, o uso do cinto de segurança, assim como as condições de segurança que as viaturas apresentam, construídas para as situações convencionais de condução e emprego, pouco ou nada adaptadas em seus projetos

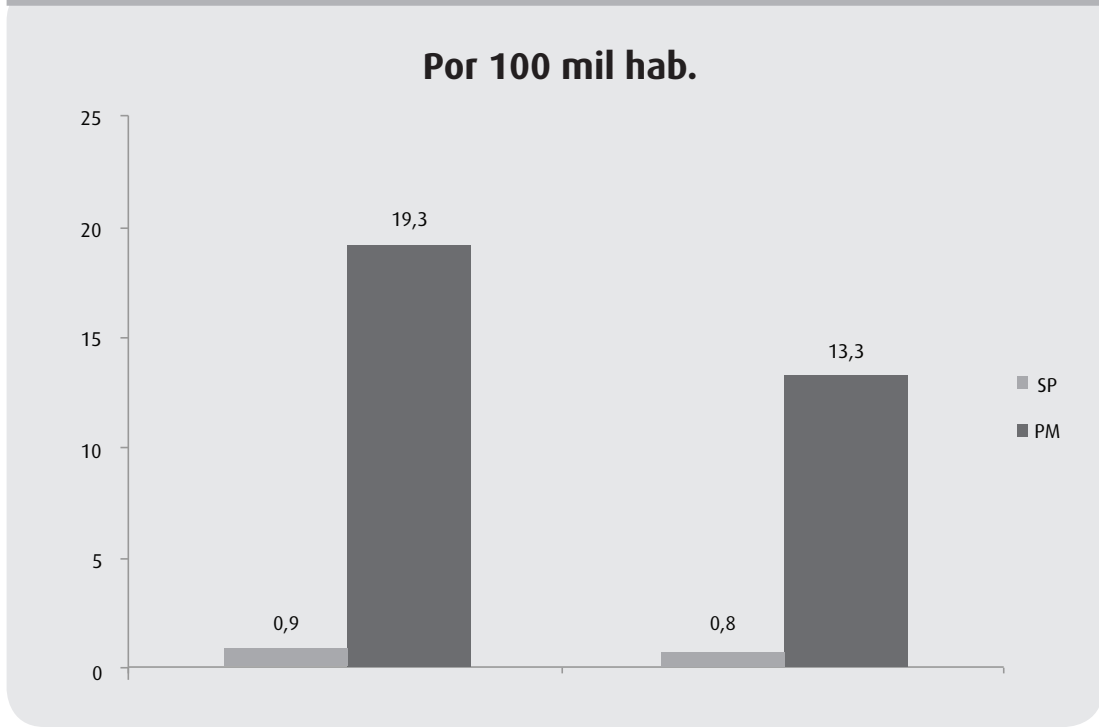
para o serviço policial.

Por último, o latrocínio informa 33,00% das mortes de policiais militares, e constitui a principal causa dos assassinatos. Foram 29 mortos em 2013 e 20 em 2014. Com base em dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública, divulgados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015), houve, no Estado de São Paulo, 745 casos de latrocínios em 2013 e 2014. De acordo com os dados obtidos na presente pesquisa, 49 policiais militares morreram nessas condições; resulta, assim, que 6,57% do total de latrocínios ocorridos no Estado tiveram como vítimas policiais militares. As taxas por 100 mil habitantes de latrocínio para o conjunto da população do Estado foram de 0,9, em 2013, e de 0,8, em 2014 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015, p. 14). Estimando-se o contingente de policiais militares, da ativa e aposentados, em 150 mil, chegamos às taxas por 100 mil de 19,3, em 2013, e de 13,3, em 2014.

Algumas razões podem explicar a ocorrência desses latrocínios, conforme se descreve a seguir, não necessariamente em ordem de importância quanto ao grau de causalidade que guardam com os eventos:

1. como hipótese, o aumento dos crimes contra o patrimônio nas periferias, locais de residência de grande parte dos policiais militares. O aumento da renda da população em geral, o que não foi diferente para os policiais militares, agravou a ocorrência de crimes contra o patrimônio nessas áreas e, por conseguinte, dos latrocínios;

Gráfico 17 – Taxa de latrocínio na população e entre policiais militares Estado de São Paulo, 2013-2014



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015); Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Nota: As taxas para a população de São Paulo foram obtidas junto ao Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM..., 2015). Para as taxas por 100 mil referentes aos policiais militares, estimou-se uma população de 150 mil).

2. diferentemente do que ocorre para o conjunto da população, o porte da arma de fogo pelos policiais militares aumenta a violência do evento, fator que, por sua vez, remete ao terceiro;

3. uma disposição constante do policial militar para o “combate”, razão de estar constantemente armado. Mais do que a “defesa” do seu patrimônio, a arma significa a possibilidade de suplantar seu inimigo, pois ser vítima de roubo causa a ele, sobretudo, menos que o dano material, um dano de natu-

reza subjetiva, na medida em que afeta sua valentia e seus valores guerreiros. E, assim, as políticas de segurança de “enfrentamento do inimigo”, na medida em que são incorporadas como *habitus*, tornam-se vetores de sua vitimização. Essa é uma das razões porque são os homens, e não as mulheres policiais militares, os que morrem.

CONCLUSÃO

Foram, no biênio analisado, os soldados (53,38%), homens (100,00%), casados (50,68%), brancos (56,76%), com idade en-

tre 41 e 50 anos (35,14%), com até 20 anos de serviço (79,49%),¹⁸ de folga (79,73%), do serviço ativo (80,00%), pertencentes aos batalhões territoriais os mais vitimizados por mortes violentas no universo estudado. Destacam-se as unidades localizadas em Santo André, na zona sul e na zona leste da capital, com cinco vítimas, e em Diadema, com quatro vítimas registradas em seu território.

Os eventos ocorrem em via pública (56,8%), com o emprego de arma de fogo (84,46%), estando a vítima também armada (82,20%, entre os casos ocorridos em momentos de folga do policial). Contribuem com 33,11% os casos de latrocínio e 10,14% os casos com indícios de segurança privada.

No decorrer do texto, apresentaram-se análises para os dados obtidos, que, observados à distância, possibilitam elaborar três conjuntos explicativos: as mortes que ocorrem como (i) “acidente de trabalho”, (ii) as decorrentes do “contexto” de relações em que o policial militar está inserido e (iii) aquelas decorrentes de seu estilo de vida (*life-style model*).

As mortes classificadas como *acidente de trabalho* remetem às condições em que esse profissional exerce seu ofício. São inúmeros os riscos possíveis – e não apreendidos pela pesquisa –, tais como más condições das viaturas, falta de treinamento (ZANCHETTA, 2011) e outras. Contudo, um dado destaca-se: a quantidade de policiais militares que compõem a equipe influencia diretamente o número de mortes em serviço, pois quanto maior a quantidade de

policiais que integram a equipe, menores as chances de que ocorram mortes contra esses policiais (Gráfico 13).¹⁹

Não menos importante é a acentuada presença das vítimas pertencentes às unidades operacionais e ligadas ao radiopatrulhamento, evidenciando sua vulnerabilidade em relação a outras atividades da instituição, inclusive operacionais.

Também ligados às mortes em serviço, os crimes de trânsito têm importante participação no total de mortes violentas. Sua dinâmica é negligenciada – quando comparada com os homicídios – sendo essas mortes classificadas como “acidentes” e, por isso, entendidas como decorrentes do infortúnio, do acaso.

Parte das mortes conecta-se às redes de relacionamento dos policiais, chamadas aqui de *contexto*. Este se estabelece nas dinâmicas profissionais, marcadamente próximas da violência e do mundo do crime, ou nas dinâmicas vicinais, nos bairros onde residem ou trabalham em atividades de segurança privada, comumente periféricos. Execuções por parte do crime organizado, mortes em razão de relacionamentos extraconjugais, envolvimento com o crime e vingança são motivações cujas fronteiras não são facilmente decifráveis, mas que evidenciam as relações de sociabilidade presentes, no que Machado da Silva (2000) denominou “sociabilidade violenta”. Nesse ambiente marcadamente violento, policiais militares se enredam em relações que os vitimizam, diante também da precariedade da tutela do Estado na gestão dos conflitos, sobretudo nas periferias.

A terceira explicação para as mortes analisadas recai sobre o *estilo de vida* das vítimas, exclusivamente em sua vida privada. Para os policiais militares, sobretudo aqueles que trabalham em atividades operacionais, os deveres inerentes à profissão vão além de sua atuação durante o turno de serviço, constituindo-se em um *ethos* que alcança seu proceder, inclusive durante as folgas. Conseqüentemente, os riscos a que eles são expostos durante o serviço repercutem, quase em igual medida, nos momentos em que não estão em suas atividades, só que, agora, sem instrumental que garanta maior proteção (viatura, radiocomunicador, acionamento de “apoio” dos companheiros, por exemplo). Muniz (1999), em seu trabalho com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, mostra como o pertencimento à instituição compõe a subjetividade de seus integrantes, de modo que a vida particular e a vida profissional se confundem em uma só.

Muitos policiais militares, quando se reportam à sua vocação, à sua escolha profissional – em verdade, uma escolha de vida – e às suas atribuições como servidores que receberam a missão de “proteger e servir”, fazem uso de uma estrutura de narrativa muito próxima dos testemunhos de vida que informam as conversões religiosas e demais processos profundos de reconstrução biográfica.

Enunciados marcantes, tais como “no cumprimento do dever sacrificamos nossa própria vida” ou “a farda é a minha esposa e a amante é a minha mulher”, plasmam a sintaxe policial militar. Evidenciam uma simbólica expressionista, em boa medida exegética, voltada cuidadosamente para a corroboração do pertencimento a um mundo novo (a corporação), inaugurado por um novo nascimento, isto é, “o nascimento

para a vida policial militar”. Um tipo de pertencimento no qual a fidelidade e o amor dedicados à corporação e à própria *persona* institucional assimilada pelos indivíduos devem ser encenados nos espaços mais distintos de sociabilidade dos conversos, até mesmo nas esferas mais triviais do mundo social, como uma festa de aniversário de criança, por exemplo. Na administração cotidiana dessa subjetividade parece ser preciso se manter vigilante, em uma espécie de estado existencial de prontidão, jamais perdendo de vista o comprometimento de sempre “honrar a farda” “em cada ação realizada”, “em cada ideal alcançado”, em suma, “em cada exemplo deixado” (MUNIZ, 1999, p. 103).

Por essa razão, em 78,38% dos casos analisados a morte foi em decorrência de a vítima ser policial militar, apesar de somente 20,27% dos mortos estarem de serviço, o que demonstra o quanto a fronteira entre “serviço” e “folga” é fluida. Sendo permeáveis tais limites, pode-se inferir que as políticas de segurança pública, na medida em que se pautam pelo enfrentamento do criminoso, afetam diretamente a forma com que o sujeito se vê ante o problema e como ele se comporta, mesmo na folga. Tal colocação tem em vista a disposição da vítima em reagir ao roubo, o que, como mostrado, informa 33,00% das mortes. Nesse sentido, destacam-se as análises de Adorno e Minayo.

Do ponto de vista dos policiais, seu “risco epidemiológico” se materializa, principalmente, nos confrontos armados, nos quais se expõem e podem perder a vida. É certo que o risco é inerente à natureza das operações policiais. Não é menos certo, porém, que orientações institucionais, emitidas pelas autoridades hie-

rarquicamente superiores e não raro lastreadas em políticas governamentais de segurança pública podem agravar esse quadro de risco. Políticas do tipo “mão dura”, voltadas para o enfrentamento a qualquer custo do crime urbano não raro potencializam o risco (ADORNO e MINAYO, 2013, p. 588).

Como exposto anteriormente, para o policial militar, ser roubado vai além do prejuízo material, mas diz a ele sobre sua derrota ante o oponente, razão pela qual a *reação* é, no seu julgamento, a única resposta possível. Significa dizer que os resultados da interação entre a vítima e o criminoso são informados inexoravelmente pelo entendimento que ela – e, ousa-se dizer também, o criminoso – tem sobre as saídas aceitáveis, sob o ponto de vista subjetivo. Em um panorama de “guerra”, as únicas saídas aceitáveis são “matar ou morrer”.

Também compõe o estilo de vida dos policiais militares a realização de segurança privada, o que informa, ao menos, 10,14% dos eventos analisados. Malgrado constituir transgressão disciplinar,²⁰ a legislação trabalhista ampara o vínculo empregatício estabelecido entre o empregador e o sujeito que realiza o serviço de segurança. Nesse sentido, os casos de vitimização durante a realização desse serviço expõem as frágeis condições em que esse trabalhador exerce seu ofício. Dessa forma, o enfrentamento a essa questão passa também por tutelar essa relação de trabalho, diga-se, no âmbito da iniciativa privada.

Como forma de contribuir com uma agenda pública que atenda aos problemas aqui demonstrados, apresentam-se algumas propostas:

- aumentar a composição do efetivo para além de dois integrantes por equipe, principalmente em regiões de maiores níveis de violência ou momentos de maior vulnerabilidade pelos policiais militares, como as mortes deflagradas pelo PCC em 2006 e 2012. O Gráfico 13 aponta que a vulnerabilidade do policial militar aumenta na medida em que diminuiu a presença de agentes, como na composição de dois integrantes por patrulha, como é o caso do radiopatrulhamento, sendo esta uma das razões por que a vitimização é maior nessa modalidade de policiamento (Gráfico 12);
- realizar campanhas que reforcem cuidados na condução das viaturas, tais como o uso de cinto de segurança, comumente negligenciado pelos policiais militares. Constitui prática usual entre os policiais militares. Alega-se que a necessidade de desembarcar da viatura de maneira rápida seria dificultada pelo uso desse item de segurança. Treinamentos focados na agilidade de desatar o cinto trariam menor vitimização nos chamados “acidentes de trânsito” e maior confiança aos policiais militares no uso do equipamento;
- expandir o serviço de amparo aos policiais militares vítimas, atualmente desempenhado pela Divisão PM Vítima, da Corregedoria, abarcando não apenas as mortes e ameaças, mas buscando um amparo mais holístico, que congregue assistentes sociais, psicólogos e advogados, no sentido de alcançar os conflitos em que os policiais militares se veem envolvidos. A noção de mortes decorrentes

do “contexto” de vida dos policiais militares foi apontada com uma das grandes causas de vitimização. Relações sociais violentas que se constroem na profissão e nas diversas redes de sociabilidade têm o condão de serem mais letais aos policiais que ao conjunto da população brasileira. Assim, iniciativas que busquem a gestão dos conflitos em que eles estão inseridos podem reduzir a vulnerabilidade dos policiais;

- discutir sobre a necessidade de utilização da arma de fogo e de outros elementos distintivos da função policial nos momentos de folga. O uso da arma de fogo pelo policial militar vai além da necessidade de defesa própria ou da de terceiros: adere à sua identidade, ainda que isso represente uma ampliação do risco de ser morto (Gráfico 16). A abertura de espaços de reflexão sobre o porte de arma de fogo em momento de folga pode promover uma mudança comportamental que, no limite, poderia evitar o desfecho fatal.

Em resumo, o presente trabalho buscou contribuir com os estudos sobre o tema ao trazer dados sobre as mortes de integrantes da PMESP em 2013 e 2014, partindo para análises de vetores de vitimização, apresentando, ao final, propostas para o enfrentamento do problema. A incidência desse fenômeno, tanto do ponto de vista estatístico, como do ponto de vista simbólico, constitui um dos assuntos prementes a serem enfrentados para o alcance de níveis mais aceitáveis de violência no Brasil. Para os policiais militares, trata-

-se, também, de se verem incluídos pelos avanços democráticos a que o país assistiu nos últimos anos. Nesse sentido, reforçam-se as conclusões de Fernandes (2015), ao realizar um trabalho etnográfico com integrantes da polícia militar em diferentes Estados:

Suas posições permitem questionar o que significaram os “avanços democráticos” para esses trabalhadores, cuja limitação às suas atuações mais violentas deixou-os, por seu lado, sem as ferramentas que lhes asseguravam as condições de segurança, ao mesmo tempo em que foram também vítimas do aumento da criminalidade e, sobretudo, dos homicídios, que os atingiram com maior intensidade. Paradoxalmente, eram afetados em relação à garantia legal – a segurança – para a qual se dedicavam. Por essa razão, também nota-se certo sentimento de abandono em relação aos governos. Essa insegurança, sobretudo em suas vidas fora da corporação, traz a eles um profundo questionamento dos “ganhos” obtidos com a democracia – noção que, aliás, faz-se presente nos julgamentos de imensa parcela da população. (FERNANDES, 2015, p. 210).

Assim, tanto quanto reconhecer os dramas desse grupo, o que, por si só, constitui um motivo suficientemente importante, analisar a questão das mortes de policiais militares liga-se diretamente a repensar uma configuração de respostas que o Estado brasileiro oferece no campo da segurança pública, que produzem mortos, tanto de policiais, como da população em geral, vítimas todos, em larga medida, de iguais causas da violência.

1. Na Califórnia (EUA), entre 1980 e 2014, ocorreram 345 mortes de policiais, 187 por ataques de criminosos e 158 foram mortes acidentais. Em 1988, a taxa por 100 mil policiais foi de 27,4, tendo sido o maior número da série analisada. Disponível em <<http://openjustice.doj.ca.gov/officers/killed>>.
2. Este trabalho insere-se no projeto "A contribuição da administração pública e dos estudos organizacionais para a constituição de uma rede de conhecimento e disseminação de informações sobre como prover segurança pública em ambientes democráticos e de modo eficiente", do Núcleo de Estudos de Organizações e Pessoas (Neop) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV).
3. Foram pesquisados os eventos registrados na Divisão PM Vítima em 2013 e 2014, de forma que uma quantidade residual de casos ocorridos em 2014 e registrados em 2015 não foram analisados, o que representaria uma reduzida parcela no total pesquisado, pois os procedimentos de investigação são "instaurados" imediatamente após o fato, exceto em casos de encontro de cadáver, cuja data da morte não foi possível determinar.
4. As classificações presentes no 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública são "policiais militares mortos em confronto em serviço" (20 ocorrências em 2014 e 14 ocorrências em 2013) e "policiais militares mortos em confronto ou por lesão não natural fora de serviço" (54 ocorrências em 2013 e 61 ocorrências em 2014).
5. Os casos em que a vítima era "separada" ou "desquitada" foram incluídos na categoria "solteiro". Não havia casos de "viúvas".
6. Em estudo realizado pela Fundação Seade sobre os homicídios ocorridos no Estado de São Paulo em 1999, 68,01% das vítimas eram solteiras (MAIA, 1999).
7. O caso da Família Pessegini não faz parte do universo de casos analisados. No evento, um casal, formado por um Sargento da ROTA e uma Cabo do 18º BPM/M, foi morto, além de outros dois parentes. Segundo o noticiário da imprensa, as investigações promovidas pela polícia civil estadual concluíram que todos foram vítimas do filho do casal que, após a chacina, também se matou.
8. Em 2012, 2.332 mulheres foram vítimas de homicídio no Brasil, representando 4% do total dos homicídios naquele ano (WASELFSZ, 2015, p. 74).
9. "Ethos guerreiro" foi um termo empregado por Norbert Elias (1990) para caracterizar a nobreza europeia e sua disposição para a guerra em contraposição a formas menos violentas de composição das atitudes e personalidades (habitats) de certas classes, como a burguesia, em um processo de alguns séculos, chamado pelo autor de "processo civilizatório". No Brasil, esta linha teórica foi empregada por Zaluar (1994; 2014) para analisar a disposição para a "guerra" de "jovens moradores das favelas tidas como perigosas" (ZALUAR, 2014, p. 44).
10. O percentual de mortes motivadas por questões familiares foi de 4,55% em 2013, com 4 casos, e de 6,67% em 2014, com iguais 4 casos.
11. Reportagem exibida pelo programa Fantástico, da Rede Globo, veiculou gravações e documentos dos integrantes do PCC que determinavam que a cada integrante morto pela PM, dois policiais militares também deveriam morrer. Disponível em: <<http://globoplay.globo.com/v/2189194/>>. Acessado em 05 mar. 2016.
12. Para facilitar a leitura, as abreviaturas utilizadas pela PMESP foram substituídas por outras de melhor entendimento para o público não afeto às terminologias da Corporação, instituídas pelo Decreto Estadual nº 60.175, de 25 de fevereiro de 2014.
13. São elas: 1º Batalhão (Zona Sul/Capital), 1º Batalhão Ambiental, 2º Batalhão de Choque, 2º Grupamento de Bombeiros, 3º Batalhão Ambiental, 3º Batalhão (Zona Sul/Capital), 4º Batalhão Choque, 4º Batalhão (Bauru), 4º Batalhão (Zona Oeste/Capital), 8º Batalhão (Campinas), 9º Batalhão (Zona Norte/Capital), 10º Batalhão (Piracicaba), 11º Batalhão (Zona Centro/Capital), 12º Batalhão (Botucatu), 12º Batalhão (Zona Sul/Capital), 14º Batalhão (Osasco), 17º Batalhão (Mogi das Cruzes), 18º Batalhão (Zona Norte/Capital), 20º Batalhão (Caraguatatuba), 22º Batalhão (Zona Sul/Capital), 23º Batalhão (Lorena), 24º Batalhão (São João da Boa Vista), 29º Batalhão (Itanhaém), 31º Batalhão (Guarulhos), 35º Batalhão (Itaquaquecetuba), 39º Batalhão (Zona Leste/Capital), 40º Batalhão (São Bernardo do Campo), 45º Batalhão (Praia Grande), 45º Batalhão (Zona Centro/Capital), 46º Batalhão (Zona Sul), 48º Batalhão (Sumaré), 48º Batalhão (Zona Leste/Capital), 49º Batalhão (Jundiaí), 49º Batalhão (Zona Oeste/Capital), 50º Batalhão (Zona Sul/Capital), 52º Batalhão (São José do Rio Pardo), Assessoria do Tribunal de Justiça, Corpo de Bombeiros (não identificadas as Unidades), Comando de Policiamento Ambiental, Comando de Policiamento da Capital, Comando de Policiamento empregado na Copa do Mundo, Diretoria de Finanças e Patrimônio, Policiamento Ambiental.
14. Para uma discussão sobre a categoria "acidente de trabalho", dentro dos aspectos tanto trabalhistas como internos à Brigada Militar (a polícia militar do Rio Grande do Sul), ver Impacto do uso da arma de fogo: um estudo transdisciplinar da Polícia Militar do Rio Grande do Sul (SPANIOL, 2009). Para os conceitos de "risco" e "vitimização policial" abordados de mais ampla que somente as questões das mortes, como tratado aqui, ver: Risco e insegurança na missão policial (ADORNO e MINAYO, 2013), Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública (MINAYO, SOUZA e CONSTANTINO, 2007).
15. O termo "contexto" se refere às relações que são construídas nos locais de trabalho (na polícia militar ou não) ou em seus locais de moradia, em que o contato com a criminalidade é inevitável, seja nas prisões, seja em atuações mais orgânicas e ilegais com o crime. Em muitos casos analisados, os criminosos presos narram um fato anterior ocorrido com a vítima (uma prisão efetuada, um relacionamento amoroso com a namorada do traficante, a participação em grupos de extorsão). E nesse "contexto", são escolhidas as vítimas do PCC, retratando, assim, uma composição entre uma lógica formal (PCC x PM), mas também uma lógica mais informal, própria das sociabilidades dos bairros em que os policiais militares residem.
16. Segundo Lima, Sinhoretto e Pietrocolla (2000, p. 372), a parcela da população que possui arma de fogo corre um risco 56% superior de ser vítima fatal numa situação de roubo do que o restante da população.

17. *Como informado, não havia crimes de trânsito investigados pela Divisão PM Vítima em 2013 e 2014, apesar de se acreditar que muitos policiais militares tenham falecido, de folga, nessas circunstâncias. Os casos das vítimas de crimes de trânsito em serviço foram informados pelo Centro de Inteligência da Corporação.*
18. *Dado referente ao efetivo do “serviço ativo”.*
19. *Há tempos oficiais e praças reivindicam a possibilidade de que as guarnições de patrulhamento tenham efetivos maiores, hoje compreendem dois policiais militares por viatura. O discurso acionado por esses atores não é o da “segurança da equipe”, mas o da maior autonomia para as ações policiais, na medida em que aumentam suas capacidades de atuação. Tal argumentação é contraposta por muitos outros oficiais, pois quando se agrupam os policiais militares, reduz-se a quantidade de patrulhas operando. Decerto que ambos os argumentos são válidos.*
20. *Conforme o art. 13, parágrafo único, nº 36 do Regulamento Disciplinar da PMESP (Lei Complementar nº 893, de 9 de março de 2001), constitui transgressão disciplinar “exercer ou administrar, o militar do Estado em serviço ativo, a função de segurança particular ou qualquer atividade estranha à Instituição Policial Militar com prejuízo do serviço ou com emprego de meios do Estado”.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S.; MINAYO, M. C. S. Risco e (in)segurança policial. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18(3), 2013.

BEATO, C.; PEIXOTO, B. T.; ANDRADE, M. V. Crime, oportunidade e vitimização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, jun. 2004.

CALIFORNIA Department of Justice. **Officer deaths reported from 1980 to 2014**. Disponível em: <<http://openjustice.doj.ca.gov/officers/killed>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

CERQUEIRA, D. **Causas e conseqüências do crime no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FANTÁSTICO (TV GLOBO). **Gravações revelam esquema de bandidos para matar policiais de São Paulo**. Rio de Janeiro: Grupo Globo. 14 out. 2012. Disponível em: <<http://globoplay.globo.com/v/2189194/>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

FERNANDES, A. O pós-redemocratização (1985-2015) na visão de praças da polícia militar: avanços, rupturas e permanências políticas na segurança pública. In: LIMA, R. S.; BUENO, S. **Polícia e Democracia: 30 anos de estranhamentos e esperanças**. São Paulo: Alameda, 2015. p. 199-212.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Efetivo da PM encolhe no ano em que SP bate recordes**. São Paulo, 15 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/06/1642135-efetivo-da-pm-encolhe-no-ano-em-que-sp-bate-recorde-de-assaltos.shtml>>. Acesso em: 26 jan. 16.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 9. ed. São Paulo: Urbânia, 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Pesquisa de vitimização e percepção de risco entre os profissionais do sistema de segurança pública**. São Paulo, 2015.

LIMA, R. S.; SINHORETTO, J.; PIETROCOLLA, L. G. “Também morre quem atira”: risco de uma pessoa que possui arma de fogo ser vítima fatal de um roubo. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 8, n. 29, p. 365-373, jan/mar 2000.

MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: SILVA, I. **Rio – a democracia vista de baixo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2000.

MAIA, P. B. Vinte anos de homicídio no Estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 121-129, 1999.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, nov. 2007.

MUNIZ, J. O. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro. 1999. 289 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto n. 20.218**. Define a conceituação de acidente em serviço e dá outras providências. São Paulo: Imprensa Oficial, 22 dez 1982. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1982/decreto-20218-22.12.1982.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

SÃO PAULO (ESTADO). **Lei Complementar Estadual n. 893**. Institui o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar. São Paulo: Imprensa Oficial, 9 mar. 2001. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2001/lei.complementar-893-09.03.2001.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto Estadual n. 60.175**. Dispõe sobre a estruturação da Polícia Militar e dá proviências correlatas. São Paulo: Imprensa Oficial, 25 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60175-25.02.2014.html>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

SPANIOL, M. I. **Impacto do uso da arma de fogo:** um estudo transdisciplinar na Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Spazio Italia, 2009.

WAISELFSZ, J. J. **Mapa da Violência:** mortes matadas por arma de fogo. Brasília, DF: Brasil (Executivo), 2015.

ZALUAR, A. **Condomínio do Diabo.** Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.

ZALUAR, A. Ethos guerreiro e criminalidade violenta. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014. p. 35-50.

ZANCHETTA, M. **O estudo do erro na vitimização do policial militar.** 2011. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública) – Centro de Altos Estudos de Segurança da Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2011.

Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014)

Alan Fernandes

Resumen

Victimización policial: análisis de las muertes violentas sufridas por integrantes de la Policía Militar del Estado de São Paulo (2013-2014)

La muerte de policías es un capítulo separado entre las muertes ocurridas en Brasil. Eso debido a su especificidad, considerándose los condicionantes muy específicos, cuando comparadas a la población en general, hecho que los hace víctimas en números muchas veces superiores a otros grupos sociales, e por atingir un grupo particularmente vinculado a las acciones a la promoción de mejores condiciones de enfrentamiento al crimen y a la violencia junto a la sociedad. Con esa preocupación, el presente trabajo presenta los resultados de una investigación sobre casos de integrantes de la Policía Militar del Estado de São Paulo (PMESP) que murieron por causa violenta, en el Estado de São Paulo, en 2013 y 2014. Teniendo como inspiración las “teorías de estilo de vida” (life style models) y de “oportunidades” (opportunity models), el artículo intenta presentar elementos para discusión de iniciativas que minimicen los riesgos a que policías, en especial los militares, están sujetos.

Palabras clave: *Victimización policial. Seguridad pública. Policía Militar. Victimología. Criminología.*

Abstract

Police victimization: analysis of violent deaths suffered by members of the Military Police of São Paulo State (2013-2014)

The death of police officers constitutes a chapter apart among deaths occurring in Brazil. This is due to its specificity, given the highly peculiar conditions involved compared to the general population, where police are more prone to become victims than other social groups, and also because the problem affects a group directly involved in actions to promote better conditions for tackling crime and violence in society. Addressing this question, the present study reports results of a study on cases of members of the Military Police of São Paulo State (PMESP) that died due to violent causes in the State of São Paulo in 2013 and 2014. Drawing on both lifestyle and opportunity models, the articles seeks to present elements for discussion of initiatives minimizing the risk to which police officers, particularly military, are subject.

Keywords: *Police victimization. Public Safety. Military Police. Victimology. Criminology.*

Data de recebimento: 05/06/2016

Data de aprovação: 26/08/2016